Ressignificações do trabalho das mulheres para a agenda das políticas públicas / *Redesign of the women's work for the agenda of public politics*

Berlindes Astrid Küchemann*
Tânia Cristina Cruz**

Resumo: A discussão sobre os significados dos trabalhos desempenhados por mulheres e o modo como a agenda das políticas públicas pode incorporar tais significações representa o foco deste artigo. A partir da discussão sobre a colonização do mundo da vida pela economia, do debate feminista em relação à centralidade do trabalho e de algumas notas de um trabalho de campo, o presente artigo centra seu conteúdo em quatro questões: a construção social acerca das atividades desenvolvidas por mulheres, em especial aquelas que estão nitidamente em situação de pobreza e exclusão social; os sentidos que o trabalho assume para mulheres que trabalham fora e dentro de casa; ativos sociais que mulheres criam para compensar a falta de políticas públicas; a importância de se redesenhar o escopo e o alcance das políticas públicas articulando o trabalho para o mercado, o trabalho doméstico e a provisão estatal de bem-estar.

Palavras-chave: mulheres no mundo do trabalho, trabalho doméstico, políticas públicas, público-privado, ativos sociais.

Abstract: The discussion about the meanings of the work performed by women and how the agenda of public policies can incorporate these meanings is the object of this article. From the discussion of the colonization of life by the world economy, from the feminist debate on the centrality of work and some notes from a work field, the article focuses into four issues: the social construction of the activities performed by women, especially those that are clearly in situation of poverty and social exclusion,

* Professora e pesquisadora do Departamento de Sociologia, UnB.

** Professora do Instituto Ceub de Desenvolvimento e Pesquisa (ICPD), do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

the senses that work assumes for women who work outside and inside the house, that women create social assets to compensate the lack of public policies, the importance of redesign the scope and the range of public policies articulating work for the market, domestic work and provision of state welfare.

Keywords: women in the world of work, domestic labor, public policy, public-private, social assets.

Na contemporaneidade, o mundo do trabalho sofre um intenso processo de precarização das relações de trabalho, comprometendo significativamente a participação e inserção das mulheres nos espaços de produção social e econômica. No Brasil, apesar dos avanços que a sociedade tem registrado em relação à condição feminina, as mulheres continuam em situação de desvantagem em relação aos homens. No mercado formal de trabalho, além de sua participação ser bastante inferior à dos homens, elas costumam inserir-se nos assim chamados redutos femininos, menos valorizados, com salários mais baixos e condições precárias, apesar de haver mais mulheres do que homens com oito ou mais anos de estudo (Dieese, 2001; Bruschini, 2002; Abramo, 2004). Das mulheres que trabalham como empregadas domésticas, dois terços não gozam dos direitos e benefícios assegurados na legislação aplicável aos empregados domésticos (Abramo, 2004). Sua presença no mercado informal é forte, contudo, igualmente com desvantagens marcantes em relação aos homens, sobretudo no que diz respeito aos rendimentos e condições de trabalho (Carreira, 2004). Entre 1990 e 2000, o desemprego aumentou para todos, mas foi maior para as mulheres. Nesse período, a taxa de desemprego das mulheres aumentou de 20% para 30%, chegando a ser 58% superior à dos homens (Abramo, 2004, p. 19).

A cada dia que passa, aumenta o número de mulheres chefes de família. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2002 mostram que, entre 1992 e 2002, houve um aumento de 32% no número de domicílios chefiados

por mulheres. Em 2004, pelo menos 25,5% das famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres, sendo que nas áreas urbanas essa proporção chegava a 27,5% e nas áreas metropolitanas, a 32,2% (Abramo, 2004, p. 20).

Em 2004, enquanto 72% das mulheres que ocupavam vagas no mercado formal de trabalho desenvolviam 20 horas semanais em tarefas domésticas, apenas 7,7% dos homens desenvolviam igual ocupação (Abramo, 2004, p. 20). Essa disparidade nos usos dos tempos revela que a partilha do privado configura-se tão ou mais problemática que a partilha do público. Além da vulnerabilidade característica das atuais relações de trabalho, as mulheres também enfrentam o não-reconhecimento de suas atividades domésticas, cunhadas de não-mercantis ou "improdutivas", o que, *grosso modo*, expressa a idéia de que elas são desqualificadas por desempenharem o *cuidado com o lar* (Cruz, 2006).

Na literatura feminista, muito se tem debatido sobre a invisibilidade do aporte que as mulheres dão à economia dos seus países e vários modelos têm servido de base para a implementação de políticas públicas no sentido de desnaturalizar e valorizar o assim chamado *trabalho de mulher*, entendido mormente como aquele trabalho que as mulheres realizam no âmbito da esfera doméstica.

O presente artigo tem como foco conhecer os significados que as mulherers, sobretudo as menos favorecidas economicamente, dão ao trabalho por elas realizado tanto dentro como fora do âmbito doméstico e discutir possibilidades de incorporação desses significados na elaboração e implementação de políticas públicas que contribuam para uma inserção mais justa no mundo do trabalho. A partir da discussão sobre a colonização do mundo da vida pela economia, do debate feminista em relação à centralidade do trabalho e de algumas notas de um trabalho de campo, o presente artigo centra seu conteúdo em quatro questões: a) a construção social acerca das atividades desenvolvidas por mulheres, em especial aquelas que estão nitidamente em situação

de pobreza e exclusão social; b) os sentidos que o trabalho assume para mulheres que trabalham fora e dentro de casa; c) os ativos sociais que mulheres criam para compensar a falta de políticas públicas; e d) a importância de se redesenhar o escopo e o alcance das políticas públicas articulando o trabalho para o mercado, o trabalho doméstico e a provisão estatal de bem-estar.

Mulheres recicladoras de lixo e artesãs: conteúdos e significados de sua prática social

Tânia Cristina Cruz (2006), em sua tese de doutorado intitulada "*Qual o seu trabalho mulher? Mulheres empreendedoras no contexto da Economia Popular Solidária: sobre gerar vínculos e reconhecimento*", mostrou como novas formas de trabalho a partir de uma gestão anti-utilitária[1] da produção e dos vínculos sociais podem redefinir os conteúdos da participação social das mulheres no mundo do trabalho. Em seu trabalho de campo,[2] ela acompanhou e observou, durante 16 meses, 50 mulheres moradoras do Riacho Fundo II e da Vila Estrutural, cidades satélites de Brasília, das quais 25 trabalham como coletoras-recicladoras na Cooperativa 100 Dimensão e 25 são artesãs do Grupo Apoena. As mulheres entrevistadas, com idade entre 17 e 68 anos, são pobres, pardas ou pretas, com escolaridade média de seis anos de ensino básico e chefes de família. Embora sejam associadas e cooperadas, trabalhando uma média de sete horas diárias e também são assistidas pelo Programa Bolsa Família (PBF).

A maioria das falas destacadas a seguir foram obtidas do trabalho de campo de Cruz (2006) e buscaram responder a questão

[1] A ação humana e a gestão social não se configuram e se sustentam apenas na razão utilitarista da economia de mercado. O Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS) discorda da submissão a um modelo econômico onipotente e se opõe a uma visão exclusivamente instrumental da democracia, das relações sociais e do mercado (Caillé,1998; Goudbout,1999).

[2] O trabalho de campo consistiu em obter e registrar através de grupos focais, mapas de idéias/ livre associação e entrevistas em profundidade as concepções do grupo sobre o papel da mulher na sociedade, sobre a maternidade, o cuidado infantil e dos mais velhos, e, sobretudo, sobre as relações de trabalho que acontecem dentro e fora da casa.

de pesquisa: "*qual o seu trabalho mulher?"* visando identificar os significados que esse trabalho assume para elas.

> *A gente não fica sem trabalhar só porque quer. Muita vezes as pessoa não te olha direito, não conversa com você. Às vezes a gente sente que a roupa que tem não dá boa presença pra uma entrevista [...] Aí se não tiver muita força de vontade vai pedir esmola, comida na porta dos outro. Mais quem é que não sabe que se não luta, não corre atrás, a vida não anda? Quem não sabe quanto custa um litro de leite? Moro com minha mãe, não pago aluguel, mas fica aquela idéia: "arranjô" filho e agora vem "dá" mais trabalho. Olha, professora eu não tenho muito estudo, mas tenho força pra "trabalha" (pausa de quase um minuto). Isso ninguém "tirô" ainda de mim. (*M. S. B., 36 anos, quatro filhos, recicladora, Cooperativa 100 Dimensão)

A fala de M.S.B. é uma representação material e simbólica do caráter ontológico do trabalho enquanto elemento constituinte do ser social e, consequentemente, base dos laços de reconhecimento e interação do indivíduo dentro do grupo. Entretanto, a crise atual do mundo do trabalho coloca para a sociedade contemporânea o imperativo de ressignificar socialmente o trabalho: quais os sentidos, a importância e a capacidade reguladora do trabalho? Para M.S.B., o sentido do trabalho ou "estar trabalhando" está na sua capacidade de "*lutar, de fazer a vida andar* ".

A busca desses sentidos tornou-se cada vez mais problemática com a colonização do mundo da vida pela economia, em que todas as atividades humanas e suas atribuições estão subordinadas à estrutura de mercado, reificando as ações dos sujeitos ao mundo das mercadorias e empobrecendo o sistema de comunicação e de cultura (Habermas, 1991). Este processo de subordinação do mundo da vida pelo sistema de mercado ocorre de forma mais intensa com o avanço e intensificação do que Giddens (1998) nomeou como a Alta Modernidade. Deixando para trás a unidade da antiga ordem divina, homogênea e imutável das sociedades tradicionais, os homens e mulheres vão se tornando cada vez mais responsáveis por si mesmos, construtores de seus próprios destinos, na nova ordem racional que vai se instaurando e se

consolidando. Em última instância, os indivíduos são convidados a definirem o conteúdo e os significados da sua prática social a partir do lugar que ocupam no mundo do trabalho, e isto deve ser feito a partir do grau de interação e interatividade que cada ator social detiver nas suas relações sociais.

Em linhas gerais, podemos dizer que na sociedade contemporânea, o sentido do trabalho está na capacidade de os sujeitos se engajarem e serem reconhecidos pela sua inserção positiva ou negativa nas relações de trabalho:

> *Todo mundo acha que trabalho é só o que a gente recebe dinheiro, salário. Trabalhar em casa, a gente trabalha, e muito. As pessoas só não reconhecem, mas a gente dá o maior duro sim! Talvez um dia, a sociedade, as pessoas entenda que a mulher que cuida da casa trabalha como qualquer outro por aí.* (M.C.S., 4 filhos, artesã, grupo Apoena)

A possibilidade de novas formas e relações de trabalho serem organizadas a partir de uma gestão anti-utilitarista da produção e dos vínculos sociais atravessa, inevitavelmente, a discussão do papel social das *mulheres* no mundo do trabalho. Mas a compreensão de tais papéis não é possível sem a análise das trajetórias de socialização que estão inscritas nos arranjos familiares e que, inicialmente, explicam qual o "lugar" das pessoas no mundo, ou seja, o estudo de novas relações de trabalho e do papel da mulher passa, necessariamente, pelo entendimento de que as trajetórias de socialização na família diferenciam-se para homens e mulheres e que tal diferenciação gera desigualdades que condicionam a entrada e a permanência das mulheres no mundo do trabalho, tal qual expresso nas três falas a seguir, provocadas pela pergunta "q*ual é o seu trabalho?",* no sentido de as entrevistadas explicarem a importância do trabalho realizado por elas em casa e "na rua"*:*

> *Hoje eu me considero uma artesã. Mas, o que me toma mais tempo é o serviço de dona-de-casa. Serviço besta. Todo dia você faz as mesma coisa e ninguém repara não. Me fale aqui, qual é o homem que dá valor no trabalho que*

mulher faz dentro de casa? Quem é que dá?! Você, hoje, agradeceu sua mãe por ela cuidar de tu? Por ter feito o seu café? Limpá as suas roupa, a casa? Ninguém lembra não. E aí a gente ainda ouve que, como não "estudo", tem que se "contentá" com essa vida. (G.M.S.C., 53 anos, 4 filhos, artesã, grupo Apoena)

Eu? Eu sou dona-de-casa. Mas eu acho o trabalho doméstico um trabalho ingrato (risos). Sabe por quê? Eu levanto cedo, vou lá, faço almoço, arrumo casa, lavo louça, faço isso, faço aquilo. Aí o marido chega, ele não fala nem muito obrigado. Ainda é capaz de falar que a comida tá ruim, que você não arrumou aquilo, não arrumou isso. Aí quando dá no outro dia você vai fazer tudo de novo. Aí não vem aquele reconhecimento de novo, vai indo, vai indo e você fica frustrada, eu acho ingrato. (R.B.P., 32, dois filhos, cooperada 100 Dimensão).

Eu sou dona-de-casa. Eu gosto. Minha vida toda cuidei de casa. Ajudei minha mãe, minha avó, minhas tias. Muita gente pode até não achá bom, mas eu não me arrependo de ter casado e de ficá em casa criando meus filho. Mas aí, eu tenho um marido bom, né?! Não bebe, não fuma, não fica de safadeza por aí [...] E filho é uma caixinha de surpresa. Os meus, eu cuido, eu vigio. Só não é melhor quando eles pede as coisa, e o dinheiro não tem. Eu sempre fiz bico, pra juntá um dinheirinho e, na hora da precisão, ter pra salvar uma emergência. Já vendi bolo aqui na Vila, dindim, pastelzinho. Passo roupa pras donas do Cruzeiro e do Guará. Nesse negócio de crochê eu tô há pouco tempo, mas tô gostando, porque dá pra fazer as coisas de casa e entregá o que a nossa líder pede, né? (M.F.J., três filhos, artesã, grupo Apoena).

Os trechos transcritos acima apontam para uma questão central: a participação das mulheres do Grupo Apoena e da Cooperativa 100 Dimensão nas relações sociais de trabalho depende da articulação entre o trabalho doméstico não-remunerado e o trabalho remunerado fora de casa.

Quando indagadas a respeito de sua principal ocupação – trabalho doméstico não remunerado ou trabalho remunerado – as mulheres tiveram dificuldades para apontar qual dos dois. As 50 entrevistadas reconheceram que cuidar da casa e trabalhar na reciclagem e/ou no artesanato são suas atividades diárias. É

importante ressaltar que o olhar dessas mulheres está condicionado a alguns elementos que, em um primeiro momento, justificam o reforço dado por elas mesmas à função "trabalho doméstico". Primeiro, há um condicionante das relações sociais de gênero, em que o lugar social da mulher é o recôncavo privado da casa, dos cuidados com a família. Isso, consequentemente, aloca a mulher com baixa escolarização no trabalho doméstico informal, na prestação de serviços à comunidade (costura, bordados, venda de comida) e, fundamentalmente, reforça a noção de que a elas somente restam atividades relacionadas com a própria casa. Segundo, a dificuldade de identificar a ocupação de artesã ou de recicladora como principal atividade também cria uma cortina para a noção de principal provedora do sustento familiar e realça a idéia de que ser mãe é a principal atividade dessas mulheres, mesmo que trabalhando na cooperativa ou no grupo de artesanato uma média de sete horas por dia, há mais de seis meses. Ou seja, ainda que a renda auferida fora de casa seja a principal renda da família, somente 34% das mulheres pesquisadas reconheceram que seu trabalho sustenta a família e não apenas complementa a renda.

Nesse sentido, faz-se importante analisar as implicações provocadas pelas relações sociais de gênero na ocupação dos espaços público e privado, em especial no espaço da casa e no espaço de trabalho. Ou seja, novas relações de trabalho dependem de uma reconfiguração social mais justa e igualitária das relações de gênero. Consequentemente, temos aqui um forte elemento indicador de que uma nova organização social do trabalho será tão mais concreta e sustentável quanto mais reconhecido for o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres.

No bojo dessa discussão consideramos relevante a compreensão de que: a) uma grande parte do trabalho realizado pelas mulheres, em todas as sociedades, é invisível, desvalorizado e nem sequer considerado como atividade econômica. Os afazeres domésticos são classificados como inatividade econômica. Isso porque, no processo histórico de subordinação do

trabalho ao capital inscreveu-se também uma subordinação da reprodução social à produção econômica; b) disso decorre que as responsabilidades histórica e culturalmente atribuídas às mulheres na esfera reprodutivo-doméstica determinam a posição secundária ocupada por elas no mercado de trabalho, ou seja, c) existe apenas uma mesma e única divisão sexual do trabalho que opera tanto na produção quanto na reprodução, materializando sempre, em ambos os aspectos, as assimetrias entre os sexos, resultando em que, d) as mulheres ocupam, no mercado de trabalho, posição secundária em relação aos homens, uma vez que elas são a maioria nas posições mais vulneráveis e no trabalho informal, e, além disso, desempenham um leque de ocupações diferentes das masculinas, têm maiores dificuldades para ascender profissionalmente e ganham, sistematicamente, menos do que os colegas, mesmo quando têm mais estudo ou trabalham igual número de horas

Entre as entrevistadas há a noção de que o trabalho doméstico *é 'trabalhoso, mas não é um trabalho*'', no sentido de ser reconhecido e valorizado. Embora seja trabalhoso e sacrificante para quem o faz é tido como uma obrigação naturalizada das mulheres.

> *A gente cresce vendo a mãe da gente, a avó, as tia nessa vida, né? Aí já vem de muito tempo: mulher tem que lavar, passar, cozinhar... criar os filhos, não deixar eles se "perdê" na vida. Mas é um trabalho que não é trabalho: todo dia a mesma coisa e parece que só a gente sente, só a gente cansa, ninguém olha pra isso não. Mas por mim tudo bem, eu vou cuidando, dando conselho, fazendo o que dá. Aqui a gente trabalha muito, mas se você for lá em casa vai ver que tá tudo limpinho, no lugar. Meu barraco é simples, mas aprendi com minha mãe a ser limpinha também, a deixar tudo no lugar.*(M.C.S., 30 anos, 2 filhos, artesã, grupo Apoena)

A fala acima aponta três elementos sobre a questão da divisão sexual do trabalho: a) a compreensão do que é trabalho a partir dos afazeres domésticos; b) a construção e manutenção dos papéis sociais de gênero através do significado dado ao "trabalho de mulher"; e, c) o da dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho:

> *Quantas vezes a gente arruma as coisas, se preocupa em deixar tudo em ordem, e parece que ninguém vê, né? Mas aí, a gente sabe que nasceu pra isso e vai levando. Quando a gente vê os filho crescendo, dá até orgulho de tanto trabalho. Só acho que deveria ser mais respeitado. E depois se a mulher não cuidar, quem cuida? O pai? Aqui – na cooperativa – pelo menos não vejo um pra "ajudá" a lavar uma louça, "arrumá" um quarto... também a maioria cria só os filho [...] Eles vão lá compra um litro de leite, meio quilo de carne e acha que fez muito. Mas o arroz e o feijão, a roupa limpa, o dia de ir na escola sou eu.* (F.B.C., 43 anos, 3 filhos, 2 netos, recicladora, Cooperativa 100 Dimensão)

Esta concepção sobre o trabalho doméstico encontra reforço no processo de socialização, por meio do qual a imagem da mulher-mãe-dona-de-casa-guardiã-do-lar é marcado por um "saber fazer" que seria de atribuição feminina, "natural", e que demarcaria o lugar de subordinação e até de opressão da mulher:

> É nas tarefas diárias em que a mulher limpa o chão, lava a roupa, orienta os filhos e aguarda com a refeição preparada e posta o "chefe da casa" [...] que são representados os lugares reservados para as mulheres. O trabalho doméstico está no cerne da opressão feminina e enquanto o casamento incluí-lo como mecanismo através do qual serviços são prestados gratuitamente e crianças geradas e criadas, tendo uma mulher responsável, com ou sem propriedade, com ou sem a alternativa de um trabalho assalariado, reafirma-se aí a opressão sobre o feminino. (Pena, 1990 *apud* Giuberti, 1998, p. 85).

Por outro lado, as narrativas acima representam não só o conflito e a contradição inerente à condição de mulher-mãe-dona-de-casa-trabalhadora – pois a maioria delas entende que deve manter suas obrigações domésticas –, mas também a cobrança por respeito e reconhecimento pelo cuidado do lar. Tal noção ficou evidenciada ao perguntarmos às entrevistadas acerca de como as tarefas domésticas são distribuídas entre os membros da família.

> *É uma briga tão grande (risos). Sabe como resolvi esse problema? Vou dizer pra você: eu trabalhava a semana todinha, chegava final de semana ia fazer*

> *as coisas, arrumar casa. Aí um dia eu falei: eu sou muito idiota! É muito simples: vou lavar roupas, mas eu pego a roupa dele e separo tudinho, ele lava a dele, se não lavar fica suja. Ele leva marmita pra trabalhar, aí eu falei: vamos fazer o seguinte, eu faço comida se você lavar a louça da janta; se não lavar, eu não faço comida, pronto (risos). Acabou, tá tudo resolvido, eu chego a louça tá lavada, aí eu vou fazer a comida. Se ele começar a me sacanear, eu sacaneio também. Eu não sou empregada dele. (*A. A.,30 anos, dois filhos, Cooperativa 100 Dimensão)

> *Meus filhos aprenderam comigo a cuidar de casa. Comigo não tem essa não... Até meus menino limpam a casa. Final de semana vai todo mundo pra faxina. Eles briga, elas choram, mas só sai pra gandaia depois que a casa tá um brinco. Não é porque a gente é pobre que vai "andá" sujo e não é porque é homem que não pode aprender a cuidar de uma casa. Lá no meu barraco é assim: "sujo", limpa! Pode ser homem, mulher, filho, neto... É pra ver o quanto é bom sujar e ter uma escrava pra limpar. Eu não sou mais escrava de ninguém lá em casa. Criei meus filhos só mesmo... o que eu fizer, todo mundo vai fazer. Isso se quiser morá no mesmo teto que eu, né?! (risos)* (R.D.C., 51 anos, 5 filhos, 7 netos, Cooperativa 100 Dimensão)

As falas acima revelam que a percepção sobre a divisão sexual do trabalho reflete a contradição inerente às relações de mérito e reconhecimento social *versus* a invisibilidade advinda desta atividade. Se, por um lado, "*é importante manter a casa e a família bem*", nos dizeres de uma trabalhadora, por outro lado, elas entendem que, no geral, a sociedade não reconhece esse esforço e que é raro ter um companheiro que ajude nas tarefas domésticas. A maioria das mulheres que acompanhamos na pesquisa criou sozinha os filhos e muitas vezes os netos. Todavia, um traço foi comum a todas: o orgulho de ter criado sozinha os filhos, de ter "dado conta" das responsabilidades de uma mãe.

> *Quem pede pra "nacê"? Ninguém, minha filha... então, tem que "criá" ... e "criá" do melhor jeito que pode. Nem sempre a gente tinha o que os "fio" queria, mas "fomo" criando... Agora, aqui na cidade, é melhó né?! Pras minhas filhas eu avisava: trata de "estudá", fica mais fácil... Mas "conseio" não dá teto pra ninguém ... Acaba fazendo o que faz a "mulhé" que não usa a cabeça: arranja fio sem um marido bom, responsável. Mas eu sempre disse: "embarrigô", vai "cuidá". E cuida direitinho. Ninguém pede pra "nacê"*

> *não. Eu acho que minha obrigação eu cumpri... cuidei dos meus filhos, ajudo a "cuidá" dos meus netos. Não deixei nenhum se perder por aí... (pausa) e pras minhas filhas eu quis ensinar o mesmo: já que a gente não tem muita coisa, pelo menos não pode esquecer que ser mãe é o que faz da gente ser gente (pausa) Senão ninguém nem ia saber que a gente existia, né, minha fia?* (F.M.S., 63 anos, 8 filhos, 12 netos, artesã, grupo Apoena)

A divisão sexual do trabalho assume formas conjunturais e históricas. É construída como prática social, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas, ora criando novas modalidades na divisão sexual das tarefas familiares.

A assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas manifestam-se não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários e na disciplina do trabalho. Ademais, a divisão sexual do trabalho não é tão-somente uma consequência da distribuição do trabalho por ramos ou setores de atividade, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho (Kergoat, 1989).

Para Giubert (1998), a divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social; portanto, a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. O mundo da casa, o mundo privado, é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja pelo trabalho, seja por outro tipo de prática social e política, será marcada pelo conjunto de representações do feminino.

É essa divisão sexual do trabalho que sustenta e legitima a idéia de invisibilidade das atividades desempenhadas por mulheres no universo privado da casa. Os afazeres domésticos, por não estarem associados a uma geração equivalente de renda, são ignorados pela teoria econômica na organização e geração do produto nacional bruto (PIB)

Mello (2005) explica que parte dos serviços gerados na economia é denominada não-mercantil, por não ter valor de mercado. Como serviços não-mercantis, incluem-se os serviços domésticos remunerados, prestados por trabalhadores autônomos. No caso do trabalho doméstico, observa-se que, se exercido por terceiros, seu valor equivale ao valor de sua remuneração. Entretanto, quando exercido por alguém da própria família ele não é computado nas contas nacionais. Ainda hoje, acredita-se que o trabalho doméstico é uma extensão da natureza feminina. E em uma sociedade que valoriza o consumo, quem não recebe remuneração é excluído das relações sociais de troca e reconhecimento.

Para mostrar o valor das atividades domésticas, Mello (2005) propôs um modelo de mensuração que multiplica as horas dedicadas ao trabalho de casa pela remuneração média que seria paga a um profissional, caso fosse contratado para realizar o serviço. O cálculo elaborado indicou que essa conta correspondeu a 12,76% do PIB brasileiro ou R$ 225,4 bilhões, o que, segundo Mello, equivale a acrescentar uma economia do Estado do Rio de Janeiro nas contas nacionais a cada ano. Esees números mensuram o que grande parte das pessoas busca ignorar: o valor que os afazeres domésticos têm para a nossa vida e bem-estar. A contribuição da mulher para o desenvolvimento é seriamente subestimada, o que limita o seu reconhecimento social.

Por isso, é fundamental valorizar, reconhecer e redistribuir entre todos os membros da sociedade o tempo social que a maioria das mulheres empenha na sociedade.

Ativos sociais: arranjos formais e redes de apoio

No bojo dessa discussão sobre o trabalho para o mercado e o trabalho doméstico exercido por mulheres, cabe ressaltar a importância dos ativos sociais, em forma de arranjos informais

e redes de apoio, que, sobretudo, as mulheres pobres criam para darem conta de sua dupla e tripla jornada de trabalho ou para obterem algum benefício em caso de necessidade.

> Pelo fato de não estarem protegidas pelas leis trabalhistas, e ser reduzido o seu acesso a recursos e instituições públicas, essas mulheres acabam por desenvolver uma série de ativos sociais, ou seja, redes sociais e contratos implícitos. Esses ativos sociais estão constituídos por todos os ingressos, bens e serviços aos quais podem ter acesso através de seus vínculos sociais. Estes podem ser vínculos com membros da unidade doméstica, parentes, vizinhos, amigos, companheiros de trabalho, patrões ou clientes. Todos esses vínculos incluem relações de intercâmbio e reciprocidade. Os intercâmbios podem compreender ou não as mesmas classes de bens e valores. Esses vínculos, em termos de intercâmbio podem não ser equitativos (como p. ex. a relação entre patrão e cliente), mas a existência do vínculo representa uma demanda que elas podem antepor a outra num momento de necessidade. Os ativos sociais podem ser acionados tanto para resolver questões de ordem monetária, empregatícia ou para a satisfação das necessidades práticas decorrentes de sua condição de mulher.
>
> As redes sociais urbanas são tidas como um elemento de suma importância para a sobrevivência financeira e social dessas mulheres, suas famílias e seus bairros, uma vez que contemplam atividades voltadas não somente para a satisfação de necessidades individuais senão também comunitárias. Sob este ponto de vista, as redes sociais urbanas passam a ser um elemento de grande importância não somente para as mulheres como para a sobrevivência dos pobres urbanos em geral, pois contribuem para amenizar a pobreza, na medida em que permitem acessar recursos indispensáveis em momentos de emergência ou de perda bem como para projetar uma melhoria (...) Aqui travam-se os chamados contratos implícitos que representam as possibilidades de se obter assistência de outras pessoas em momentos de necessidade (Küchemann, 2001, 163).

No caso das recicladoras e artesãs em questão, a rede formal acima apontada se dá mediante a articulação microssocial que inclui todas as relações significativas no âmbito das interpessoalidades e das interações mediadas pelo circuito da comunidade.

> *Eu corro o dia todo. Então, se ninguém colabora eu não dô conta. Então como eu fico fora o dia todo, minha mãe fica com as meninas quando elas chegam da escola: dá banho, troca a roupa, põe pra fazer o dever de casa. E elas reclama, queria ir pra casa dormir: mais eu explico que tem que estudar pra não depender de ninguém não. A avó delas ajuda, mas não vai ser pra sempre não... e outra, elas só estão nessa escola do Guará, porque uma ex-patroa minha deu uma forcinha, senão tava tudo aí na rua com a cara pra cima. No fim do mês eu dou pra minha mãe uma ajuda em dinheiro. Antes eu pagava uma menina pra ficar com as minhas filha, mas aí não deu certo porque a mocinha queria receber uma quantia que eu não podia pagar. Então apelei pra avó delas, né.* (J. B.P., 26 anos, 4 filhas, artesã, grupo Apoena)

> *Naquele dia eu tinha decidido: se ele voltasse pra casa cheirando a gambá, mamado de bêbado eu não ia "ficá" mais com ele não. De jeito nenhum [...]. Que exemplo eu ia dá pros meus filhos? Só vergonha na cara, "oxi"... Aí tinha um problema: não tinha pra onde ir... de trabalhar eu não tinha medo, mas de "ficá" na rua... lavo, passo, cozinho, capino quintal. Só não queria ficar no relento com meus filhos. Mas daí minhas vizinha, que já tinha me visto chorar muito, quando viu eu saindo, carregando minhas coisas, vieram me ajudar. Veio a Claudete e a irmã dela me "ajudá" a "carregá" as coisas e me levou pra casa delas. Aí eu tô lá até hoje. A gente divide as conta de água e luz. Aí o que falta na casa de uma a gente pega na da outra e vice-versa. Final de semana, às vezes, dá até pra fazer uma carninha assada, que as crianças gostam muito, né?!* (M.C.S., 34 anos, 3 filhos, recicladora, Cooperativa 100 Dimensão)

Nas falas acima, percebemos o quão importante é para as recicladoras e artesã o apoio prestado pelas mulheres da família, da vizihança ou até mesmo de patroas, em forma de ajuda mútua. Mas, nem sempre se trata de uma troca de favores apenas. No caso do cuidados dos filhos, elas, por vezes, acabam tendo que pagar outras mulheres. Das 50 mulheres entrevistadas, 13 pagam outra mulher – em geral meninas de 12 a 16 anos – para cuidar de seus filhos pequenos. Temos aqui o quadro crônico da falta de apoio público e social à mulher-mãe-chefe-de-família e pobre que não tem renda para acessar uma creche ou escola particular de modo a acomodar com segurança seus filhos pequenos e, assim, poder trabalhar. Ao contratarem mulheres da comunidade para cuidar de seus filhos pequenos, elas, consequentemente, acabam por reproduzir as relações de precariedade a que estão submetidas.

Lembramos, ademais, que estamos falando aqui de mulheres pobres, pardas ou negras, com escolaridade média de seis anos do ensino básico, que chefiam sozinhas sua família e que, por serem pardas ou negras, pertencem ao conjunto populacional que apresenta as condições de vida mais adversas da sociedade brasileira. Ser mulher, pobre e negra define uma situação socioeconômica extremamente vulnerável, que se exprime na maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, na maior dificuldade de mobilidade social e, inclusive, na alta taxa de mortalidade das mulheres negras (Cruz, 2006, Mello, 2005).

Políticas públicas: articulação entre o trabalho para o mercado, o trabalho doméstico e a provisão estatal de bem-estar

As redes sociais, com seus arranjos informais e contratos implícitos, criadas e acionadas pelas recicladoras e artesãs do nosso estudo, funcionam como um amortecimento para a ausência do Estado brasileiro no atendimento às necessidades básicas deste grupo populacional.

A elaboração e a efetivação de um programa de políticas públicas de fomento ao emprego, à capacitação continuada, ao microcrédito popular, à manutenção de equipamentos coletivos (creches, casas de cuidado aos idosos, escolas em período integral, entre outros), são fundamentais para se garantir o desenvolvimento e o bem-estar dessas mulheres e de muitos outros segmentos da população para os quais a intervenção e a regulação do Estado praticamente inexistem.

No Brasil, entre 1930 e 1980, o Estado era visto como o principal benfeitor e provedor dos meios necessários para a população satisfazer as suas necessidades básicas.[3] A partir dos

[3] Os historiadores da política social no Brasil nos remetem aos anos 30, ao Governo Vargas, como o marco inaugural da formação do nosso Estado do Bem-Estar Social: com a promulgação de leis de proteção aos trabalhadores, a organização dos sindicatos patronais e de trabalhadores, a fundação dos institutos previdenciários e a criação da justiça do trabalho, que deveria administrar

anos 80, o sistema de atenção social começou a ser visto como ineficiente e ineficaz, dando origem a esquemas alternativos que enfatizaram a redução do papel do Estado e maior participação da iniciativa privada e do mercado (Draibe, 1993, Carvalho, 2007).

A necessidade da reforma do Estado na área social ganhou impulso com o processo de democratização do País, contudo, foi impactada pela crise fiscal que impôs limites à capacidade de resposta do Estado às crescentes demandas sociais. Em conformidade com o ideário neoliberal propagado pelos países centrais e pelas agências multilaterais de financiamento, os objetivos perseguidos foram: a) privatização através da transferência da produção de serviços públicos para o setor privado; b) descentralização das políticas sociais para outras esferas de governo (Estados e municípios) como forma de aumentar a eficiência e a eficácia do gasto público; c) a focalização orientada para a concentração da ação estatal em determinados serviços (considerados essenciais e não passíveis de oferta pelo mercado) e em segmentos específicos da população, mais vulneráveis e expostos a situações de pobreza extrema (Draibe, 1993).

A partir de então, o Estado adotou uma postura de subsidiário do mercado, tornando o sistema de proteção social um arranjo híbrido, no qual uma grande parte dos serviços sociais se apóia em prestação de serviços privados (saúde, educação e previdência), ao lado de uma farta oferta de programas assistencialistas pontuais, centrados nas necessidades das famílias pobres.

Um exemplo dos recentes programas assistenciais ofertados é o Programa Bolsa Família (PBF[4]), que tem por meta a transferência de renda aos mais pobres, almejando, entre outros objetivos: a

as relações de classe da sociedade brasileira. Formamos a base do nosso Estado do Bem-Estar Social dentro de uma concepção bastante específica, que é a organização corporativa da sociedade brasileira (Schwartzman, 2001, Villalobos, 2000 *apud* Carvalho, 2007).

[4] O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado no final de 2003 pela Medida Provisória nº 132, convertida na Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Ainda em 2005, foi integrado ao PBF o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), cujo objetivo é reduzir as vulnerabilidades associadas à situação de pobreza, buscando diminuir as desigualdades.

redução da evasão escolar; a elevação e ampliação do consumo das famílias; a redução do trabalho infantil; e, a diminuição da desigualdade de renda. Entretanto, pontuamos duas críticas: a) a prioridade ao combate à pobreza, sem a expansão e fortalecimento das demais políticas públicas; e, b) o não enfrentamento da desigualdade social de modo estrutural (Filgueiras, 2008).

Acreditamos que um combate efetivo à desigualdade e à exclusão social está em implementar políticas públicas cujo foco seja a geração de trabalho ao invés de políticas de transferência de renda. Evidentemente, em uma primeira etapa, a ação governamental rumo ao combate à desigualdade extrema e a assistência prestada por um programa como o Bolsa Família são indiscutíveis. Todavia, é preciso cultivar em nosso país outro tipo de política pública: aquela capaz de gerar renda e inserção produtiva para aqueles segmentos sociais historicamente excluídos. Ou seja, para além da transferência de renda, é preciso oferecer políticas de trabalho, ampliar a oferta dos serviços de saúde e educação, ofertar programas de moradia e saneamento básico, reformar a rede de assistência social – programas e equipamentos – e capilarizar a atuação dos governos municipais.

No caso das artesãs e recicladoras, sujeitos do nosso escopo empírico, todas recebem a Bolsa Família, mas essa renda é insuficiente e, como elas também não possuem acesso a outros importantes equipamentos sociais que o Estado deveria oferecer à população em geral, as redes de apoio informal são primordiais para a manutenção do seu núcleo familiar e para a realização de atividades extra-domésticas.

Em linhas gerais podemos dizer que o trabalho não realizado pelo Estado através dos serviços públicos de educação e saúde é assumido basicamente pelas mulheres no lar, que passaram a ocupar mais horas diárias na reprodução doméstica, especialmente no cuidado com crianças, doentes, idosos, entre outras tarefas (Yannoulas, 2008).

A problemática do apoio ao trabalho realizado pelas mulheres, embora tenha sido largamente discutida pelas feministas, carece, todavia, de política públicas impactantes. Desde a Primeira Conferência Mundial da Mulher (1975) até os dias de hoje, em nível internacional, vários modelos e estratégias têm sido colocados em prática com o objetivo de propiciar condições favoráveis para o desenvolvimento das mulheres, sobretudo para a sua integração no mercado de trabalho. Dentre os enfoques apresentados por Küchemann, Zimmermann e Viezzer (1996) os de maior abrangência são: Mulher e Desenvolvimento (*Women in Development*) e Gênero e Desenvolvimento (*Gender and Development*).

O enfoque Mulher e Desenvolvimento (MED), também conhecido como "enfoque integrativo", foi primeiramente adotado pela United States Agency for International Development (Usaid) e pelo Banco Mundial, passando em seguida a ser adotado por agências de cooperação e pelos mais diversos organismos internacionais e nacionais. Privilegia políticas específicas para as mulheres, com ênfase na atenção aos grupos vulneráveis e na satisfação das necessidades práticas. Trata-se de um enfoque que enfatiza a condição feminina, ou seja, refere-se ao contexto material que define a situação feminina: acesso precário à educação e ao emprego – enfoque que informa a maioria dos programas de geração de renda para as mulheres são informados por esse enfoque (Küchemann, 2001). Contempla, igualmente, as necessidades de sobrevivência da família, tais como: o acesso à água, ao combustível e ao saneamento básico (Wichterich, 1987, Küchemann; Zimmermann; Viezzer, 1996).

Embora tenha chamado a atenção para as múltiplas dimensões da atividade feminina e contribuído para uma maior inserção das mulheres no mundo do trabalho, o MED foi pouco eficiente em relação à autonomia econômica das mulheres. A fixação nos assim chamados componentes femininos, delineados a partir dos papéis sociais tidos como femininos, sem questionar as relações existentes entre a posição ocupada pelas mulheres nas

estruturas econômicas e as relações de gênero num sentido mais amplo fez com que as políticas implementadas tenham sido pouco eficazes para romper com os tradicionais papéis das mulheres na sociedade. Os projetos de geração de renda, em sua grande maioria, geraram novas responsabilidades para as mulheres em detrimento do seu já escasso tempo livre, com poucas perspectivas de autonomia financeira. Subestimando as relações sociais de gênero, tais políticas contribuíram para a reprodução da divisão social de trabalho e das relações assimétricas, reforçando os padrões que perpetuam as desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Enfim, as políticas MED foram pouco eficientes, quando não contraproducentes (Küchemann, 2008).

O enfoque Gênero e Desenvolvimento (GED), desenvolvido a partir de 1985 e introduzido no Brasil pelos organismos da ONU e pelos programas da cooperação bi e multilateral (PNUD, Unifem, Unesco, Cida, GTZ, BID, Banco Mundial) a partir dos anos 90, focaliza a atenção nas estruturas que geram desigualdades entre homens e mulheres. Este enfoque visa os interesses estratégicos de gênero, tais como: igualdade política entre homens e mulheres, eliminação das formas institucionalizadas de discriminação das mulheres, flexibilização da divisão sexual do trabalho, liberdade reprodutiva e medidas de prevenção ao combate da violência contra as mulheres. Objetivando alterar a assimetria da relação entre homens e mulheres, representou uma mudança de paradigma (Yannoulas, 2004b, Küchemann, 2008).

Assim sendo, uma coisa é formular políticas públicas específicas para as mulheres como se elas fossem meros recursos econômicos inativos e subaproveitados (Worldbank, 1976), ou grupos vulneráveis que necessitam de medidas reparatórias emergenciais num mundo tido neutro em relação às desigualdades de gênero. Outra coisa é formular políticas públicas na sua dimensão vertical ou transversal, com o objetivo de se iniciar modificações na histórica relação desigual entre homens e mulheres, ou seja, políticas públicas a partir de um modelo de desenvolvimento econômico e social inclusivo (Küchemann, 2008).

Contudo, embora já se tenham passado quase 20 anos desde que a comunidade internacional optou por esse enfoque, sua adoção no Brasil tem sido mais nominal do que operacional. Yannoulas (2004b) observa que a administração pública brasileira tem experimentado inúmeras iniciativas inovadoras, mas, geralmente, localizadas no âmbito das políticas especificas com ênfase na atenção aos grupos vulneráveis, portanto, em sintonia com o enfoque MED. Bandeira e Vasconcelos (2002) ressaltam que mesmo aquelas que aparecem com a intenção de serem *políticas públicas de gênero* são, na verdade, políticas públicas voltadas unicamente para as mulheres e não políticas preocupadas com mudanças nas relações de gênero.

Pesquisadoras das mais diversas áreas acadêmicas e das mais diversas partes do mundo, entre elas: Mac Donald (1994), Mcgree (1995), Dawn (1995), Palmer (1995; 1996), Shiva (1996), Lachenmann (1997) e Cappellin (2004), têm contribuído para concepção de um modelo de desenvolvimento econômico e social inclusivo, a partir do enfoque de gênero. Segundo Küchemann (2008, p. 80), a cientista política GudrunLachenmann parte de uma base conceitual que denomina de economia feminina e, propõe uma outra maneira de se avaliar o trabalho efetuado pelas mulheres:

> Em vez de considerar esses dois tipos de trabalhos *o reprodutivo e o de subsistência* como entraves ao desenvolvimento pessoal das mulheres, como fazem inúmeras feministas, ela propõe uma apreciação entrelaçada desses dois setores com os demais setores da economia, uma vez que negar esse entrelaçamento significa desconhecer o verdadeiro trabalho da economia feminina. Para essa pesquisadora, as mulheres continuam sendo tratadas como um grupo vulnerável para o qual são endereçados programas sociais específicos de combate à pobreza, desprezando o fato de serem elas as principais responsáveis pela sobrevivência da humanidade. Sugere que todo e qualquer planejamento deva ser relacional e dinâmico, entrelaçando a produção de subsistência com o trabalho reprodutivo e a economia de mercado. Sob essa ótica os espaços

> e as atividades econômicas especificamente femininas poderiam ser vistas não como entraves ao desenvolvimento humano das mulheres, mas sim como espaços de ação que possibilitariam modificações na configuração dos atuais espaços femininos, abrindo caminho para novas possibilidades de reconhecimento e de ação. Essa proposta, longe de obscurecer a contribuição feminina à economia, busca tornar o trabalho das mulheres visível e valorizado desde que o trabalho realizado pelas mulheres no setor de subsistência e de reprodução seja integrado à análise dos temas centrais da economia e da sociedade.

Pensando na necessidade de uma articulação entre o trabalho para o mercado, o trabalho doméstico e a provisão estatal de bem-estar, Cappellin (2004) sugere a formulação e implementação de políticas públicas "desde abaixo", capazes de redimensionar os eixos centrais que constituem as atuais políticas públicas. Para a referida autora, a vida não deveria ser concebida como se para os homens o emprego fosse o mais importante e para as mulheres a maternidade e o trabalho doméstico. As políticas públicas deveriam visar ao desenvolvimento pluridimensional de cada cidadã e de cada cidadão e, para tanto, deveriam compor e equilibrar as diversas dimensões da vida humana, facultando o exercício da cidadania plena de todas as pessoas, independentemente de serem elas homens ou mulheres.

Sob este olhar, perde relevância a dicotomia entre o público e o privado uma vez que o trabalho doméstico e o trabalho para o mercado passariam a ser concebidos como responsabilidades sociais compartilhadas. Para Küchemann (2008, 80),

> compatibilizar a vida pública e a vida privada das cidadãs e dos cidadãos, possibilita a ampliação do leque de possibilidades e responsabilidades de homens e mulheres em todos os aspectos da vida, abrindo novas frentes para se pensar num modelo de desenvolvimento econômico e social inclusivo.

Uma redistribuição dos bens materiais e simbólicos requer o acesso ampliado e diferenciado aos recursos econômicos, sociais

e simbólicos. Ou seja, requer a formulação e implementação de políticas públicas que contemplem novos tipos de arranjos institucionais e novas formas de solidariedade, articulando agendas, iniciativas civis e atores os mais diversos. Tarefa que "*não pode (...) ser enfrentada por uma instituição ou grupo de atores. Precisa da ação simultânea e articulada de diversos agentes, a partir de diferentes âmbitos e com múltiplas estratégias*" (Yannoulas, 2004b, 20).

É, pois, de fundamental importância incluir no circuito do debate sobre os mecanismos de inserção das mulheres no mundo do trabalho, não apenas uma reflexão sobre os conteúdos e significados atribuídos às atividades produtivas e reprodutivas desempenhadas pelas mulheres, quer sejam elas econômicas ou sociais, mas também uma reflexão sobre políticas públicas que articulem o trabalho para o mercado, o trabalho doméstico e a provisão estatal de bem-estar.

Referências

ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana. In: DELGADO, D.; CAPELLING, P. SOARES, V. (Orgs.). *Mulher e Trabalho:* experiências de ação afirmativa. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____.Globalização, pobreza e mundo do trabalho. In: FEMINIZAÇÃO da pobreza, emprego e renda: seminário. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

BANDEIRA, Lourdes; VASCONCELOS, Márcia. *Equidade de Gênero e políticas públicas:* reflexões iniciais. Brasília: Cadernos Agende V. 3, 2002.

_____ Divisão Sexual do Trabalho: práticas simbólicas e práticas sociais. In: SIQUEIRA, Deis (Org.). *Relações de trabalho*: relações de poder. Brasília: EdUnB, 1997.

BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira.* São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Ed. 34, 2002.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n. 38, 1998.

CARREIRA, Denise (Coord.). *Igualdade de gênero no mundo do trabalho:* projetos brasileiros que fazem a diferença. São Paulo, Brasília: Cortez, Fundo de Gênero Brasil-Canadá, 2004.

CAPPELLIN, Paola: *Gênero, trabalho e cidadania em tempo de crise do emprego.* Trabalho apresentado no II Encontro para Intercâmbio de Experiências do FIG no Brasil. Brasília, 2004.

COSTA, M. Dalla. *Les femmes et la subversion sociale.* Genebra: Librarie Adversaire, 1973.

CRUZ. Tânia Cristina da S. *Iniciativas populares de geração de renda:* participação popular e empreendimentos solidários em Santa Maria/DF. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília (UnB), 2002.

_____. Ocupação no mundo do trabalho e o enfoque de gênero: qual o perfil do sujeito-trabalhador que constrói a economia solidária no Brasil? *Sociedade e Cultura*, v. 9, n. 2, p. 311-326, jul./dez. 2006.

_____. *Avaliação das políticas públicas de economia solidária*. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em jan. 2006.

_____. *Qual o seu trabalho mulher?* Mulheres empreendedoras no contexto da Economia Popular Solidária. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, 2006.

_____.*Ontologia do trabalho e a participação das mulheres no mundo produtivo:* algumas notas sobre a reinvenção da cidadania e da inserção social. *Revista Série Diversidade e Cidadania*, ESPAM, n. 5, p. 23-32, ago. 2007.

DAWN. Rethinking social development. *World Development.* v. 23, n. 11, p. 2001-2004, 1995.

GIUBERT, Adriana Maria. *Estereótipos de gênero nos espaços familiar e do trabalho*: traços culturais, relações de poder. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília (UnB), 2002.

GOUDBOUT, J. *O espírito da dádiva.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GUZMAN, Virgínia, *La institucionalidad de género en el estado:* nuevas perspectivas de análisis. Santiago de Chile: Cepal, 2001.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e Condição Feminina: uma abordagem antropológica. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IBAM, 1991. p. 23-37.

HIRATA, Helena. Divisão sexual do trabalho; novas tendências e problemas atuais. In: ENCONTRO DE INTERCAMBIO DE EXPERIÊNCIAS DO FUNDO DE GÊNERO NO BRASIL. *Gênero no mundo do trabalho*. Brasília: CIDA, 2000.

KERGOAT, D. Da divisão do trabalho entre os sexos. *Tempo Social*. São Paulo, v. 1, 2. semestre, 1989.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. Mulheres no mundo do trabalho: em busca de um modelo de desenvolvimento inclusivo. In: DAL ROSSO, Sadi; FORTES, José Augusto Abreu Sá. *Condições de trabalho no limiar do século XXI*. Brasília: Época, 2008. p 71-87.

_____.Estratégias de sobrevivência de mulheres no setor Informal urbano. In: KOHIHEPP, Gerd (coord.) *Brasil: modernização e globalização*. Madrid: Biblioteca Iberoamericana; Frankfurt a. M,/ Verwuert, 2000.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid; ZIMMERMANN, Neusa; VIEZZER, Moema Libera. *Relações de gênero no ciclo de projetos*. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 1996.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid; THURAU, Doris (Orgs.). *A condição feminina na sociedade brasileira:* Sistema Integrado de Indicadores de Gênero nas Áreas de Trabalho e Educação e Índice Cultural de Gênero. Brasília: GTZ, 2006. 1 CD-Rom.

LACHENMANN, Gudrun. *Frauen und Globalisierung: aktuelle Entwicklung und kritische Diskurse*. Bielefeld: Universität Bielefeld (Programm Frauen in Entwicklungsländern), 1997. (Working Paper 284)

LYPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher:* permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELLO, Hildete Pereira de. *Linha de Pobreza*: um olhar feminino. Textos para discussão, UFF, Economia, TED 169, Maio/2005. Disponível em: <www.uff.br/econ> Acesso em: 20 jun. 2008.

_____. *Mulheres: trabalhadoras e donas-de-casa.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

_____; BARROS, Flávio. O desemprego no feminino. Archétypon, n. 22, jan./ab. 2000.

PALMER, Ingrid. *Makroekonomie aus geschlechstsdiffenenzierter Sicht. Hinweise zur Genderorientierung.* Eschborn: Deutsche Gesellschaft für Tecnische Zusammenarbeit, Abteilung 401, 1996.

SOARES, Ana Cristina Nassif. *Mulheres chefes de família:* narrativa e percurso ideológico. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

SUÁREZ, M.; BANDEIRA, L. (Orgs.). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal.* Brasília: Paralelo 15, Ed. UnB, 1999.

SHIVA, Wandana. Beijing Conference: gender justice and Global Apartheid. In: AITHAL, Wathsala (ed). *Vielfalt als Stärke: Beijing 1995, Texte Von Frauen aus dem Süden zur vierten Weltfrauenkonferenz.* Frankfurt: Universität Frankfurt, 1996. p. 73-79.

YANNOULAS, Silvia C. *A convidada de pedra:* mulheres e políticas públicas de trabalho e renda. Brasília: Flacso, Abaré, 2004a.

_____. *Percepções, aspirações e imagens de gênero no Brasil contemporâneo.* Comentários feitos ao texto de Paola Cappellin, "Gênero, Trabalho e Cidadania em Tempo de Crise do Emprego", no II Encontro para Intercâmbio de Experiências do FIG no Brasil. Brasília, 15 a 17 de setembro de 2004b.

_____. O trabalho sem fim: sobre a centralidade dos trabalhos femininos. In: DAL ROSSO, Sadi; FORTES, José Augusto Abreu Sá. *Condições de trabalho no limiar do século XXI*. Brasília: Época, 2008. p. 89-95

WICHTERICH, Christa. *Schmerzliche Erfahrungen. Förderpläne für Frauen. Modernisierung der Ungleichheiten.* Stuttgart: Der Überblick, v. 4, n. 87, p. 60-62.

WORLDBANK. *Integrating Women into Development*. Washington 1976.

Submetido em 12 setembro de 2008 e aceito em 31 outubro de 2008.